



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

pe
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

----- **Ata número 3** -----

---Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, no auditório do Centro Cívico de Santa Maria Maior, no município do Funchal, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia de Freguesia, convocada nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, sob a presidência de Rubina Virgínia Teixeira Rodrigues Correia (PPD-PSD/CDS-PP), primeiro secretário, Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia (PPD-PSD/CDS-PP), segunda secretária, Helena Verónica Ribeiro de Sousa (PPD-PSD/CDS-PP), estando ainda presentes os seguintes vogais: Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano (PS), Ricardo Jorge Gouveia Mendes (PPD-PSD/CDS-PP), Marco Nuno Franco Freitas (JPP), Duarte Miguel Jesus Silvino (PS), Roberto Sousa Gouveia (PPD-PSD/CDS-PP), Alfredo de Freitas Gouveia (JPP), Sofia Raquel Rodrigues Freitas (PS), Henrique Sousa Mota (CH) e José António Damas Branco (CH). O deputado Guido Marcelino de Mendonça Gomes (PS) não esteve presente nem se fez representar, conforme lista de presenças assinada no livro de ponto, seguindo-se a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto um – Apreciação, discussão e aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco;-----

---Ponto dois – Apreciação, discussão e aprovação da primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e seis.-----

---Esteve também presente o Executivo da Junta de Freguesia da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), composto pelo Presidente da Junta de Freguesia, Celso Maurílio Vieira Mendes, o Secretário Paulo Jorge Baptista Vieira e o primeiro vogal, Luís Moniz Berenguer Lucas. A Tesoureira Maria Teresa Barros de Aguiar e a segunda vogal Sandrina Filipa Freitas Gomes, não estiveram presentes.-----

---Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão.-----

---Antes de iniciar a discussão dos pontos da ordem do dia, a Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou aos presentes a gravação de áudio para auxiliar a realização da ata, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

---Seguidamente, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à ordem de trabalhos com o ponto número um: Apreciação, discussão e aprovação dos documentos



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco. Informou a plateia que, sendo uma sessão extraordinária não há lugar ao período antes da ordem do dia nem lugar a outros assuntos. Comunicou que os documentos necessários para a sessão foram enviados previamente por correio eletrónico, tendo sido concedido o tempo necessário para a sua análise. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----

---O Presidente da autarquia, Celso Mendes, comunicou ao plenário que a responsabilidade do atual Executivo diz respeito a apenas aos últimos dois meses do ano de dois mil e vinte cinco, sendo os dez meses anteriores, responsabilidade da Coligação Confiança encabeçada pelo partido PS. Após esta clarificação, respondeu à questão levantada pelo partido JPP na última sessão, a qual, em bom rigor, estava a ser elucidada pela técnica Robina Ferreira, mas que devido ao ambiente gerado durante a sessão anterior, a explanação apresentada não foi devidamente percecionada pelo plenário. Explicou que, como acontece em todos os serviços públicos, em cada rubrica há um valor inicial que consta no orçamento. Durante o ano, podem existir (ou não) alterações nesse valor, reforçando ou diminuindo, consoante as necessidades e as opções de gestão e, quando se fecham as contas do ano, apura-se a respetiva execução. Explicou ainda que estas alterações orçamentais são simples permutas de contas e que não têm de vir a esta Assembleia de Freguesia. Ora, em traços gerais, o que se passou, foi que se constatou que havia uma verba excessiva na rubrica das limpezas, isto em novembro de dois mil e vinte e cinco, aquando da sua alteração, verba que foi reafectada para as escolas, parte para investimento e parte para despesas correntes, de forma a satisfazer as solicitações das mesmas, que chegam à Junta de Freguesia quase diariamente, mormente reparações. Acrescentou ainda, que a dotação inicial para as limpezas pressupunha, porventura, subcontratação, o que não veio a acontecer, sendo esses trabalhos assegurados por meio de dois recibos verdes e por pessoas oriundas do Programa de Ocupação Temporária para desempregados (POT's), promovidos pelo Instituto de Emprego da Madeira. Por fim, o Presidente da Junta de Freguesia comunicou que, relativamente aos varandins, foi feito um reforço da verba face ao que estava orçamentado e que depois não foi executado a tempo e horas, pelo menos até ao final de dezembro, contribuindo para o saldo e gerência final de dois mil e vinte e cinco, de quase quarenta e seis mil euros. -----

---Posto isto, passou a palavra à técnica Robina Ferreira, trabalhadora da empresa



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

responsável pela contabilidade da autarquia, que explicou que o Plano Plurianual de Investimento previsto para o ano, possuía uma dotação inicial, no valor de vinte e três mil duzentos e cinquenta euros sendo revisto para quatro mil, trezentos e cinquenta euros. --
---Este plano inicialmente foi criado para limpezas dos espaços públicos. Contudo, tudo o que constava nele eram apenas os bens comprados para a realização das tarefas e não para contratação de empresas para executar estas tarefas. A contratação da mão de obra não foi necessária, uma vez que esta foi realizada através de dois cantoneiros de limpeza a recibo verde, serviço este que já vinha sendo realizado antes do ano de dois mil e vinte cinco, e pelos POT's. Neste sentido, houve a redução deste valor no Plano. Até aos vinte e sete dias do mês de outubro, data que terminou o mandato do executivo anterior, desse mesmo Plano, haviam sido executados apenas o valor de dois mil, novecentos e sessenta e seis euros. Ou seja, se o atual executivo que entrou precisasse de valor para gerir da melhor forma a Junta de Freguesia, teriam de baixar o valor deste Plano Plurianual, para poder trabalhar até ao fim do ano. Uma vez que as despesas correntes e as despesas que constam do Orçamento estavam a ser usadas para pagar outras que estavam afetas a este Plano, explicou que como são despesas de capital, não é correto serem utilizadas dessa forma, não podendo considerar-se serviços correntes para um Plano de Despesa de Capital. -----

---De seguida e considerando as dúvidas suscitadas na última sessão, a técnica explicou que como havia sido reduzido e executado apenas três mil, cento e quarenta e sete euros da execução anual da rubrica das limpezas – correspondendo a setenta e dois por cento, sendo que inicialmente estavam previstos cinquenta mil euros para as escolas –, a rubrica foi aumentada para sessenta mil euros. Esta rubrica, terminou o ano transato com a execução de cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois euros sendo o remanescente, transitado para este ano. -----

---De seguida, a Presidente da Assembleia abriu o período de discussão, do qual inscreveu-se a vogal Tânia Caetano, deputada do partido PS. Usando da palavra, expressou que após apreciação deste ponto esclarecido pela técnica de contabilidade, é verdade que uma grande parte, cerca de oitenta por cento, deriva do último mandato da Coligação Confiança, do qual fez parte. Contudo, quanto às questões políticas, cabe ao Executivo responder ao plenário. Explanou que não põe em causa as explicações

Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'R' and other scribbles.



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

proferidas pela técnica, tanto que, quem lhes havia acompanhado nas últimas reuniões de Assembleia de Freguesia, reparou que tiveram sempre uma taxa de execução acima dos noventa por cento e no ano de dois mil e vinte e cinco, ano de eleições, deixaram dinheiro para gerência seguinte, em cerca de trinta mil euros. Referiu que, ao contrário do que muitos disseram na campanha, o Executivo anterior não se encontrava a gastar por gastar e a fazer campanha com esses dinheiros. O Executivo do qual fez parte, trabalhou sempre com rigor, transparência e com o cuidado e o zelo do dinheiro dos contribuintes. Questionou sim, a execução do Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), uma vez que foi responsável pelos primeiros seis meses. Porém, apresentou curiosidade em saber como ficou o resultado do relatório final. -----

---Após a intervenção, a Presidente solicitou que sendo uma reunião extraordinária, os Vogais devem-se cingir aos pontos da ordem de trabalhos. Passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, que informou que a apreciação do Relatório final do Contrato Interadministrativo com a CMF foi realizada há pouco tempo e teve uma execução em cerca de cem por cento. -----

---De seguida, não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia de Freguesia procedeu à abertura de votação do ponto número um. Contudo, o deputado do JPP, Marco Freitas, pediu a palavra. Comunicou ao plenário que na anterior sessão, o partido do JPP levantou algumas questões sobre os números que estavam a ser apresentados, que não estavam coerentes com os documentos que lhes haviam sido entregues. Neste sentido, questionou novamente Executivo sobre a resposta às questões levantadas. -----

---O Presidente da Junta de Freguesia, Celso Mendes, respondeu, informando que as questões ora levantadas dizem respeito à primeira alteração modificativa do orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, o qual seria discutido no ponto seguinte da ordem de trabalhos. Porém, o deputado Marco Freitas insistiu sobre as questões levantadas sobre a aprovação de contas de gerência do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

---De seguida, o Secretário do Executivo, Paulo Vieira eleito pela Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), pediu a palavra, clarificando que a documentação entregue tem a ver com a distribuição do saldo de gerência, que é o atual ponto segundo, antigo ponto quatro da sessão anterior. Transmitiu que toda a informação apresentada sobre o Relatório de Contas de gerência do ano de dois mil e vinte e cinco, encontravam-



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

re
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

se e mantêm-se corretas. O que aconteceu, é que foi colocada uma dúvida pelo partido JPP, sobre um quadro apresentado com uma dotação inicial e com uma execução inferior. Neste sentido, o Presidente da Junta de Freguesia explicou que existiram alterações orçamentais em função das necessidades, com informações muito detalhadas relativamente a este ponto. O que aconteceu ainda, foi que o valor que havia sido apresentado para o Orçamento Participativo era diferente da documentação entregue, situação que seria esclarecida no ponto seguinte. -----

---De seguida, o deputado Alfredo Gouveia, eleito pelo partido JPP, referiu que a dúvida que tinham era sobre o valor que estava afeto a limpezas e manutenção da freguesia que havia descido drasticamente e que não sabiam se não havia sido utilizado ou havia sido movido. O deputado informou que após a explicação de hoje, ficou esclarecido que o valor foi movido para outra rubrica com mais necessidade. -----

---A Presidente da Assembleia pediu que cada vez que alguém quisesse falar, pedisse a palavra, de forma a ser perceptível a informação tanto entre o plenário como para a redação da ata. -----

---Posteriormente, o deputado eleito pelo JPP, Marco Freitas, questionou o Presidente da Junta de Freguesia se, dos recibos verdes afetos às limpezas e manutenção da freguesia, havia pretensão em dar continuidade ou se iriam contratar empresa para o serviço. -----

---A Presidente passou a palavra a Celso Mendes, que respondeu que, para já, irão manter os recibos verdes que estão. Apenas retificaram a terminologia dos contratos de prestação de serviços, que se encontram ativos até final de maio ou junho deste ano. -----

---Após discussão, o ponto número um foi aprovado por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP) e três votos do partido PS com a abstenção de dois membros do JPP e dois do partido CH. -----

---Imediatamente, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao ponto dois: -----

---Apreciação, discussão e aprovação da primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e seis. Deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, que esclareceu que quanto à dúvida que teve a ver com a alocação do saldo de gerência do ano de dois mil e vinte e cinco, nomeadamente na rubrica “Orçamento Participativo”, o que se passou na última sessão, deveu-se a uma questão de falha de comunicação entre a Junta de Freguesia e a empresa de Contabilidade. Transmitiu que, de facto, inicialmente, abordou-



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

se a possibilidade de afetar quatro mil euros ao Orçamento Participativo. Contudo, considerando-se o valor insuficiente, alterou-se para dez mil euros. Mencionou que isto devido ao lapso de comunicação entre a Junta de Freguesia e a empresa de contabilidade, acabou por não se fazer a devida alteração no mapa que havia sido distribuído, o que ninguém envolvido no processo infelizmente detetou. O Presidente transmitiu ainda que o que interessa aos fregueses é o saldo de gerência de quase quarenta e seis mil euros, onde serão alocados, tendo a seguinte distribuição: -----

---Orçamento Participativo (OP): dez mil euros. Uma vez que pretendem uma maior participação e proximidade com os fregueses de Santa Maria Maior, algo que consta no programa do atual Executivo, referiu que também vai ao encontro de propostas discutidas nas reuniões de preparação do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, a existência de um OP que possibilite aos fregueses, decidir sobre a aplicação de parte do orçamento da Freguesia, permitindo aos mesmos participar ativamente na melhoria da freguesia. ---

---Obras no edifício: cinco mil euros, do qual se inclui a substituição do projetor do Auditório que se encontra avariado e reparações necessárias no edifício, pois o anterior executivo teve como preocupação apenas pintar a fachada de cor-de-rosa, adulterando o original. Para aquisição de material de informática: dois mil e quinhentos euros. A Junta de Freguesia estava sem assistência informática há meses e sem licenciamento de software. Celso Mendes, referiu que como é do conhecimento geral, todo o software instalado em computadores da Administração Pública deve ser licenciado, pelo que houve a necessidade de adquirir licenças do Office. Comunicou ainda que a capacidade de armazenamento do servidor encontra-se praticamente esgotada, havendo a necessidade de adquirir um novo, com maior capacidade de armazenamento e software associado, que só será possível para o próximo ano. Por outro lado, informou que a Junta de Freguesia já tem um Terminal de Pagamento Automático e que foi criado um email institucional, uma vez que existia um email da Gmail. Foram também criados emails institucionais para todos os funcionários da Junta de Freguesia. -----

---O Presidente da Junta de Freguesia informou que numa avaliação realizada em matéria de Cibersegurança pelo Centro de Competência em Cibersegurança da Madeira (CCC-Madeira), que visava entender o nível atual de maturidade e conformidade da Junta de Freguesia contra ameaças no ciberespaço, os resultados revelaram que a Junta de



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Freguesia se encontra num nível de maturidade Inicial/Ad-hoc. Para minimizar esta situação, há necessidade de investir ao nível organizacional, técnico e humano. Por fim, transmitiu que haverá necessidade também de adquirir equipamentos tanto para o trabalho interno como para o trabalho externo. Explicou também que há um reforço, conforme prometido no programa da Coligação, às famílias, no valor de vinte e seis euros. -----

---Imediatamente, passou a palavra à técnica Robina Ferreira, trabalhadora da empresa responsável pela contabilidade da autarquia, a qual explicou que o saldo de gerência no valor de quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro centavos, na parte da receita e na parte da despesa, distribuem-se da seguinte forma: dez mil euros para viadutos, arruamentos e obras complementares; vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro centavos para as famílias; cinco mil euros para as instalações de serviços; dois mil e quinhentos euros para equipamento informático e dois mil e quinhentos euros para equipamento administrativo. Encontra-se faseado no Plano Plurianual de Atividades onde, dos vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro centavos para as famílias, realçaram os vinte mil euros para a melhoria de condições de vida dos cidadãos. -----

---De seguida, a Presidente da Assembleia abriu o período de discussão, do qual, o eleito pelo PS, Duarte Silvino, pediu a palavra, informando que recebeu um email, para ser descarregado pelo *Wetransfer*, dois ficheiros. Um deles com o Relatório de Contas onde continha no seu final as alterações modificativas ao orçamento, datadas de trinta de março, e o segundo ficheiro com as alterações modificativas assinadas e datadas de trinta de março. Neste sentido, perguntou qual destes documentos é que está válido. O que se encontra anexado ao Relatório de Contas e que tem valores diferentes, ou o outro documento. Questionou ainda o Presidente da Junta de Freguesia, onde estava a Tesoureira. -----

---O Presidente da Junta de Freguesia passou a palavra à técnica Robina Ferreira, a qual esclareceu que o documento retificativo atualizado é apenas um. Se porventura foi enviado outro documento além do atualizado junto com o Relatório de Contas, foi um lapso no ato de digitalização. -----

---Após discussão e análise, concluiu-se que junto com a digitalização do Relatório de Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, seguiu como anexo, o documento retificativo



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

para o ano de dois mil e vinte e seis, equivocado, e a primeira alteração modificativa para o ano de dois mil e vinte e seis, correta, assinada e datada. -----

---O Deputado Marco Freitas, eleito pelo partido JPP, pediu a palavra e informou que foi enviado a primeira alteração modificativa para o ano de dois mil e vinte e seis apresentada na última sessão, assim como a primeira alteração modificativa para o ano de dois mil e vinte e seis com valores diferentes do primeiro documento, ambos datados de trinta de março de dois mil e vinte e seis. Referiu ainda que solicitou à Junta de Freguesia toda a documentação impressa em papel e não recebeu o segundo documento. Durante o dia de hoje, ao confrontar a documentação recebida em papel e a digital, junto do seu colega do partido, aperceberam-se que os valores estavam incongruentes. Neste sentido, questionou o Presidente da Junta de Freguesia, qual é o documento que está em vigor. -----

---De seguida, o Presidente da Junta de Freguesia informou a plateia, que na sessão anterior a documentação enviada não estava assinada. Posteriormente, passou-se às assinaturas e à colocação de data em toda a documentação. O que aconteceu, é que foi enviada toda a documentação assinada da última sessão, juntamente com a primeira alteração modificativa para o ano de dois mil e vinte e seis atual, assinada e datada. Neste sentido, deve-se ter em consideração para votação, a documentação que foi apresentada durante o dia de hoje. -----

---Posteriormente, o deputado Henrique Mota, em representação do partido CH, pediu a palavra, transmitindo que tal como discutido na sessão anterior, o orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco, era baseado na atividade do Executivo anterior. Referiu que a posição do partido CH sobre a primeira alteração modificativa para o ano de dois mil e vinte e seis, e atendendo à necessidade da sua aprovação para a governação do atual Executivo, é a do benefício da dúvida, não passando “cheques em branco”. A posição do CH irá manter-se. Porém, o deputado acrescentou, que a falta de organização da última sessão, com a retirada deste ponto acabou por prejudicar a imagem do Executivo, assim como para com a população de Santa Maria Maior. Informou que a declaração de voto do partido do CH será a abstenção, até porque querem dar oportunidade para que, num próximo Orçamento, se possa perceber o que num ano inteiro foi feito. -----

---Posteriormente, a deputada Tânia Caetano, em representação do partido PS, pediu a palavra, informando que sobe à tribuna para falar de números assim como de pessoas,



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

RE
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

porque uma alteração orçamental não é apenas uma folha de Excel, é um documento de prioridades políticas. Declarou que o que o Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis nos diz, é que as prioridades deste Executivo, estão profundamente desajustadas da realidade que se vive à porta desta Junta. Baseando-se nos factos que os documentos não os deixam mentir, comunicou que o Orçamento para a nossa freguesia cresceu, estando a falar de um valor global de seiscentos e nove mil euros. Mais do que isso, este Executivo agora, possui um reforço extra de receita de quase quarenta e seis mil euros durante o exercício. Posteriormente mencionou que estavam previstos treze mil euros para cabazes alimentares do Natal e da Páscoa, um valor que, por si só, já era conservador, porém, o que se passou, foi uma demonstração de insensibilidade. Afirmo que todos sabem que a inflação está a sufocar as famílias. O que com dez euros se comprava há dois anos, hoje, não chega para o básico. Manter o mesmo valor de apoio num cenário de crise alimentar é, na prática, cortar no apoio. E o que fez este Executivo? – referiu a deputada. Na Páscoa, altura de reunião familiar e de tradição, a dotação estava lá. O dinheiro existia. Mas o cabaz, esse, não chegou à mesa de ninguém. Referiu que ficou no papel. Ficou cativo, nas contas da Junta de Freguesia enquanto as famílias sufocavam com o preço do azeite, do leite, do pão. “Não podemos ignorar onde estamos. Vivemos na Madeira.” Uma das regiões do País com os maiores índices de pobreza e exclusão social. Transmitiu ainda que Santa Maria Maior não é uma freguesia isolada deste contexto. Quando um Executivo vê as suas receitas crescerem e vê o seu orçamento reforçado e decide canalizar esse excedente para despesa corrente e para funcionar a máquina, em vez de acudir à emergência social, está a falhar no seu dever mais básico. É uma gestão de costas voltadas para o povo. Tânia Caetano, indagou o Executivo questionando para que servem Orçamentos reforçados, se esse sucesso financeiro não se traduz no bem-estar das pessoas. A política serve para aliviar o sofrimento das pessoas. “O que se vê aqui é insensibilidade mascarada de gestão”. Clarificou que não deveriam falar de falta de verbas uma vez que os documentos provam que o dinheiro existia. O que não existiu foi “coração e sensibilidade” para entender que, em dois mil e vinte e seis, um cabaz de alimentos na mesa de uma família carenciada, vale muito mais do que qualquer saldo positivo no banco da Junta. É tempo de governar para as pessoas e não para as estatísticas. Santa Maria Maior não está melhor. Por fim, a deputada quis interpelar este Executivo sobre a proposta



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

do Orçamento Participativo da nossa freguesia. Dotado agora de dez mil euros, por uma questão de responsabilidade política e eficácia administrativa, Tânia Caetano referiu que o município do Funchal expõe um Orçamento Participativo robusto para os anos de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, com uma verba de cerca de um milhão de euros. Explicou que foi desenhado para absorver projetos de proximidade, escolares e seniores. Considera que, ao proporem um Orçamento Participativo da Freguesia para o mesmo fim, está a ser criada uma duplicação desnecessária, sendo um contrassenso investir recursos da freguesia para replicar algo que o município já executa, com uma capacidade financeira incomparavelmente superior. Promover um Orçamento Participativo da Freguesia, não é apenas entregar um cheque. Esclareceu, que exige, como o plenário bem sabe, a criação de regulamentos, plataformas de votação, alocação de funcionários para análise técnica e de viabilidade, campanhas de divulgação e mobilização, todo o processo de contratação pública posterior. De seguida, questionou o Executivo, se faz sentido, mobilizar toda a máquina administrativa da freguesia e gastar horas de trabalho dos funcionários, para gerir esta verba. O custo logístico e administrativo para montar este palco para este Orçamento Participativo, corre o risco de ser quase tão elevado como o valor do prémio em si. Considera ser um exemplo claro de ineficiência de gestão de recursos humanos e financeiros. “Ao ser promovido este processo, estamos a dispersar a atenção das pessoas e entrar em concorrência direta e desleal com o Orçamento Participativo municipal. Em vez de incentivarmos os fregueses a lutarem por fatias do bolo de um milhão de euros, onde podem obter até cento e trinta e sete mil e quinhentos euros por projeto, estamos a entretê-los com uma verba irrisória, que pouco ou nada se resolve.” O partido do PS, apelou ao Executivo, informando que a freguesia deve ser um facilitador e que pode ajudar as pessoas a candidatarem-se ao Orçamento Participativo municipal e não ser um concorrente direto, que gasta recursos em processos burocráticos redundantes. Transmitiu que não se pode confundir proximidade com dispersão de meios. Sobre este ponto, solicitou que esta verba fosse reavaliada e canalizada para intervenções diretas, de manutenção ou apoio social, onde o impacto dos dez mil euros seria imediato e não dependa de uma logística participativa, desproporcional. -----
---Em resposta à deputada, o Presidente da Junta de Freguesia, usando da palavra, informou que, de facto, o Orçamento foi reforçado, verificando-se, contudo, um aumento



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

global das despesas. Acrescentou que, como é do conhecimento da deputada Tânia, o anterior Executivo deixou como legado uma estrutura com um peso muito significativo ao nível dos Recursos Humanos da freguesia, o que tem um impacto deveras considerável na despesa corrente. Referiu ainda que tais decisões foram tomadas numa lógica de curto prazo, sem a devida ponderação dos seus efeitos a médio e longo prazo, com reflexos que atualmente condicionam a gestão financeira e a sustentabilidade orçamental da freguesia. Relativamente, à preocupação deste Executivo com as famílias, encontra-se patente na redistribuição do saldo de gerência e no reforço das famílias, em vinte e seis mil euros. Quanto à questão do Orçamento Participativo, o Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que não se verifica qualquer duplicação ou repetição de iniciativas, contrariamente ao que foi referido pela deputada. Dirigindo-se à mesma, referiu ainda que não existe qualquer garantia de que projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo da Câmara Municipal do Funchal venham efetivamente a ser executados na freguesia de Santa Maria Maior, sublinhando, por isso, a importância de assegurar um mecanismo próprio que garanta a sua concretização no território. Referiu que este Orçamento Participativo, não seguirá o modelo anteriormente adotado pelo executivo cessante relativamente à organização de passeios. Este dinheiro, a ser gasto, é exclusivamente para esta e nesta freguesia. Relembrou que o antigo Executivo é que pagava tudo e a todos desta Freguesia e arredores. -----

---De seguida, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao deputado Alfredo Gouveia, do partido JPP. O deputado explicou o sentido de voto do partido que representa, relativamente ao relatório de contas do ano de dois mil e vinte e cinco, discutido no ponto anterior. Informou que se abstiveram, pelo motivo de coerência uma vez que não faziam parte do Executivo anterior. Cerca de setenta e cinco por cento do seu Orçamento pertenceu ao Executivo anterior e como não faziam parte, abstiveram-se na votação. Clarificou que acabou por ser um voto de confiança ao Executivo anterior assim como no novo Executivo. Referiu que, a partir deste ano, o sentido de voto do partido irá funcionar em função do que o atual Executivo conseguir fazer. Congratulou o Executivo pela intenção da realização do Orçamento Participativo na freguesia, ao contrário da opinião do partido do PS. Referiu que o JPP propôs esta iniciativa, para existir participação de fregueses residentes em Santa Maria Maior, porque podem aparecer



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

pequenos projetos para a freguesia de Santa Maria Maior que, se fossem apresentados à Câmara, provavelmente não iriam ser escolhidos. Assim, apresentados na Freguesia, têm possibilidade de alavancar um projeto que seja o futuro para a comunidade local, como na área do desporto ou na área da cultura. Aguarda que a Junta de Freguesia realize um regulamento para que seja aprovado com a maior rapidez possível, de forma a termos implementados projetos apresentados pelos nossos fregueses e para a freguesia de Santa Maria Maior. -----

---Posteriormente, o deputado Marco Freitas, eleito pelo partido JPP, pediu a palavra, o qual indagou se não haverá a necessidade de fazer um reforço na verba destinada à Assembleia de Freguesia, visto que as duas últimas reuniões do ano transato, não foram regularizadas. A Presidente da Assembleia de Freguesia respondeu a esta questão, mencionando que segundo informação recebida, ainda não foram entregues todos os IBAN's dos membros da Assembleia de Freguesia para serem pagos em conjunto. Neste sentido, apelou a quem ainda não o fez, para fazê-lo logo que oportuno, de forma que os serviços administrativos procedam à sua regularização. -----

---De seguida, usou da palavra o deputado Ricardo Mendes, eleito pela coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP). Mencionou que para o Orçamento do ano de dois mil e vinte e seis, foram mantidas as mesmas rubricas que existiam do anterior Executivo, sendo feitos apenas pequenos e pontuais ajustes do que foi feito anteriormente. Falando sobre o valor de treze mil euros exclusivamente para cabazes alimentares, considerou que enquanto vogal da Assembleia de Freguesia do mandato anterior, sendo oposição, aprovou a atribuição de cabazes alimentares. Contudo, nunca se questionou a forma como eram formulados, quais eram as necessidades e quais as condições a ter em conta para a sua atribuição. Referiu que o ponto número um, foi votado a favor para fechar as contas do ano de dois mil e vinte e cinco, com dois meses executados pelo atual Executivo. Transmitiu que uma das principais competências da Junta de Freguesia é a limpeza das ruas e neste sentido, vimos que apenas foram realizadas cerca de dez por cento do orçamento para a sua execução em dez meses justificando que era para deixar cerca de trinta mil euros para o novo Executivo. Mencionou ainda, que conforme explanado pelo Presidente Celso Mendes, a rubrica da despesa para com os Recursos Humanos aumenta gradualmente. Comunicou que as atas e documentos levados a Assembleia, são apoiados



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

ze
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

pelos serviços administrativos da autarquia e que deverá ser averiguado o que se passa com estes pequenos lapsos no envio de documentação. -----

---Relativamente à primeira alteração modificativa para o orçamento de dois mil e vinte e seis, o deputado transmitiu que não se sentiu à vontade com as confusões no envio de documentação antiga e errada que ora aconteceu. Assim como, a dotação dos dez mil euros para o Orçamento Participativo não estar desde o início na documentação entregue. Mencionou ainda que, logo após a situação, foram utilizadas as redes sociais pela oposição, para qualificar o trabalho desenvolvido como uma “bandalheira”, desvalorizando um trabalho realizado num espaço de dois meses pelo atual Executivo. O deputado referiu que se tem vindo a insistir repetidamente nos mesmos temas, incluindo matérias do ano transato, sublinhando que tal parece constituir o “modus operandi” que se perspetiva vir a ser adotado no futuro. Finalizou dizendo que estará mais atento aos números apresentados e o que é explanado durante este ano. -----

---A deputada Tânia Caetano, eleita pelo partido PS, pediu a palavra, informando que uma vez que foi falado sobre o mandato o qual a deputada fazia parte e teve responsabilidades, clarificou que este Executivo está em funções há seis meses. Quando se diz que apenas foi realizado cerca de dez por cento da rubrica das limpezas durante dez meses, esclareceu que estão esquecidos que existe um Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal do Funchal em que é exigido limpeza e transfere verbas para isso. Neste sentido, a deputada mencionou que foi por essa razão que indagou o senhor Presidente da Junta de Freguesia, sobre qual foi a execução do contrato, o qual foi respondido, que ultrapassou os cem por cento. Informou ainda que as verbas que a Câmara não estava a ser capaz de dar conta da limpeza das freguesias, deu à Junta de Freguesia essa responsabilidade, com verba destinada para a limpeza de ruas e estrada. Não se pode dizer que no mandato anterior, o Executivo não limpava a freguesia para deixar trinta mil euros para quem viesse. -----

---O Secretário do Executivo, Paulo Vieira, eleito pela Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), interrompeu, esclarecendo que o partido PS é que disse que deixou uma verba de trinta mil euros para o novo Executivo. -----

---A Deputada Tânia Caetano, esclareceu que são pessoas responsáveis. O mês de novembro é um mês de pagamento de ordenados com subsídios de Natal, e que gerir uma



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Junta de Freguesia não é nenhuma brincadeira. Referiu que tinham sempre consciência do peso que era a despesa com o pessoal, que é fundamental. Quanto aos cabazes que foram aprovados para este ano, a deputada elucidou que existia um regulamento. É verdade que na Assembleia nunca se perguntou pelo regulamento. Esclareceu que o processo para a atribuição nunca foi chegar ao pé de uma pessoa, recolher o nome e atribuir um cabaz alimentar. Clarificou que neste momento, a Coligação que está à frente, tem agora essa oportunidade em verificar todo o arquivo de todo processo, de quem recebeu cabaz e dos rendimentos dessas pessoas. Relativamente ao facto de terem sido dados passeios a todos, a deputada referiu que parece que a inclusão incomoda algumas pessoas e já percebeu e compreendeu, a lógica na forma de trabalho do novo Executivo, em fazer política e gerir uma freguesia, não se opondo a essa forma. Por fim, a deputada questionou o Presidente da Junta de Freguesia, sobre o que pretende fazer com a Universidade Sénior. Referiu que no seu tempo, isentou as propinas, agora indaga o Presidente, se vão pôr as pessoas a pagar propina, se apenas vão receber na Universidade Sénior residentes na freguesia ou podem receber pessoas de outras freguesias. -----
---A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, que respondeu que na Universidade Sénior, efetivamente, as pessoas pagavam uma propina. Quando o partido do PS veio governar a Junta, acharam por bem isentar a propina para os residentes e não residentes, tudo igual. Dirigindo-se à deputada Tânia Caetano, o deputado referiu que a mesma utiliza a terminologia de “inclusão”, esclarecendo que não considera que a organização de passeios, por si só, possa ser enquadrada nesse conceito. Quanto à questão se vão ou não aceitar pessoas não residentes na Universidade Sénior, o Presidente informou que é a mesma situação do que havia mencionado, explanado na proposta de regulamento dos passeios que foi apresentada e retirada da última sessão, para melhorias. Clarificou que, se os vogais bem leram, estava lá bem explícito. Valores para residentes e não residentes e a Universidade Sénior não é diferente. Esclareceu que terá de haver uma diferenciação de tratamento em tudo. Poderão ser dadas aulas sobre todas as temáticas, serão sempre abertas a toda a população, havendo sempre diferenciação de preços para residentes e para não residentes. Mencionou que, como já havia falado, estão a ser preparados regulamentos, que bem gostaria que já tivessem sobre a mesa, sendo apresentados a esta Assembleia de Freguesia em breve. -----




Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

---Após análise, discussão e votação sobre o ponto dois da ordem de trabalhos, foi aprovado por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP) e dois votos do partido JPP com a abstenção com três do PS e dois do partido CH.-----

---Posteriormente, a Presidente da Assembleia de Freguesia propôs aos presentes que a ata desta sessão fosse aprovada em minuta, de forma a entrarem em vigor os pontos aprovados. Após votação, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), três votos do partido PS, dois do JPP e dois do partido CH.-----

---Por fim, a Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e cinco minutos.-

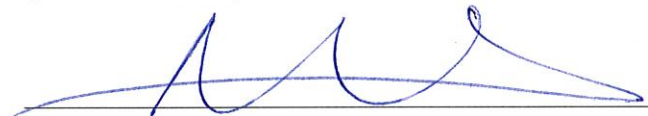
---E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida, aprovada e subscrita, vai ser devidamente assinada.-----



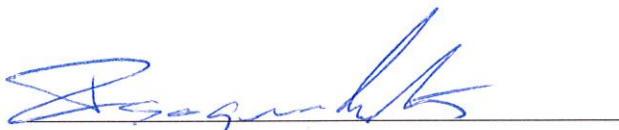
(A Presidente da Mesa)



(O 1.º Secretário)



(A 2.ª Secretária)



Redator: Helder Freitas

